

1. MISSÃO DO CAO EDUCAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças técnicas e minutas de projetos, relacionadas à área educacional.

O **CAO Educação** atuará prioritariamente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e Inclusiva, a Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas), o Ensino Fundamental e Médio, Profissional e Técnico, a Escola de Tempo Integral, a Estrutura Física das Escolas, a Evasão Escolar, o Financiamento da Educação, a Fiscalização do cumprimento dos Planos de Educação, a Mediação Escolar, a Merenda Escolar, a Qualidade da Educação, o Transporte Escolar e a Violência nas Escolas.

2. MATERIAL SOBRE BULLYING

É com imensa satisfação que o **Centro de Apoio Operacional de Educação** disponibilizou um material de apoio para apresentação em escolas, relacionado à área da educação, com o tema “**Ministério Público e o Combate ao Bullying Escolar**”.

O referido material visa a conscientização dos alunos, professores, pais e comunidade escolar, sobre a importância do combate ao bullying.

Ele foi produzido a partir de cartilhas de outros Ministérios Públicos e do CNJ, podendo ser adaptado e editado de acordo com a necessidade dos colegas.

Clique [aqui](#) para baixar o arquivo.

3. NOTÍCIAS DO MPMT

PREVENÇÃO COMEÇA NA ESCOLA BENEFICIA ALUNOS DAS ZONAS URBANA E RURAL

O projeto “Prevenção Começa na Escola”, desenvolvido pela Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente tem com objetivo de sensibilizar os alunos e toda a comunidade sobre práticas nocivas ao público infantojuvenil. A ideia é propor uma grande reflexão na comunidade escolar e estimular o debate, de modo a reduzir a ocorrência dessas práticas e orientar sobre o que fazer e onde buscar ajuda.

“O projeto está tendo muita aceitação na rede de ensino, pois, por meio de uma linguagem lúdica cultural, consegue transmitir de maneira simples, direta e objetiva uma mensagem orientativa e preventiva”, afirmou o procurador de Justiça titular da

Especializada, Paulo Roberto Jorge do Prado, lembrando que o “Prevenção Começa na Escola” tem a parceria da Companhia Vostraz de Teatro.

As atividades foram acompanhadas pelo promotor de Justiça Fábio Rogério de Souza Santanna Pinheiro. “A vinda do doutor Paulo Prado e da Cia Vostraz de teatro traz para a escola a discussão de importantes temas vivenciados pelas nossas crianças e adolescentes, como o bullying e o assédio sexual no âmbito doméstico. Trazer essa mensagem de forma lúdica, para que o público entenda o recado de forma mais clara, é de grande sensibilidade. Às vezes uma palestra tradicional não consegue o efeito de uma apresentação cultural”, argumentou. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

PROMOTORES ADEREM A PROJETO QUE ESTIMULA HÁBITO DA LEITURA

Não basta ser promotor de Justiça, é preciso também saber contar histórias. Em Juara, município distante 696 Km de Cuiabá, os promotores Herbert Ferreira e Roberta Cheregati deixaram os seus gabinetes, por uma hora aproximadamente, para participar de um projeto que busca despertar nos alunos o hábito da leitura. Entre os clássicos escolhidos pelos representantes do Ministério Público, a obra da literatura infantil “A árvore velha”.

Além de contar histórias lúdicas, os promotores de Justiça também falaram sobre o Ministério Público e o papel da instituição na sociedade. Foram quatro participações e o maior desafio, segundo eles, foi falar sobre a instituição de maneira leve, clara e descontraída para chamar a atenção do público infantil. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

JUSTIÇA DEFERE RECURSO DO MPMT E OBRIGA ESTADO A REFORMAR ESCOLA

Aproximadamente 1,2 mil alunos matriculados na Escola Estadual Ênio Pipino, em Sinop (a 500km de Cuiabá), podem ter esperança de ver a escola reformada em breve. É que a Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso deferiu recurso do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por unanimidade, e impôs ao Estado a obrigação de reformar o prédio no prazo de 90 dias. O acórdão foi publicado em 7 de outubro. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MP CELEBRA TAC COM MUNICÍPIO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLA RURAL

O Município de Sapezal (529 Km de Cuiabá) assinou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, comprometendo-se a realizar reformas estruturais e ampliação do prédio da Escola Municipal Jaime Marcelo Schecheli, situada na zona rural. A assinatura do TAC decorre de inquérito civil (SIMP 000411-018/2019), instaurado após a Promotoria de Justiça ter realizado uma visita à unidade

escolar e constatado uma série de problemas no prédio que comprometem o funcionamento da unidade escolar e o aprendizado dos alunos.

O promotor João Marcos de Paula Alves, que assina o TAC como representante do Ministério Público, destaca que “a ausência de infraestrutura importa em prejuízos graves e irremediáveis às crianças e adolescentes matriculadas em escola pública, impossibilitando-as de usufruir de um ensino de qualidade”. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

FÓRUM INTERSETORIAL DEBATE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL E INCLUSÃO

Os integrantes do Fórum Intersetorial de Acompanhamento do Plano Nacional de Educação assistiram à apresentação da avaliação do Plano Municipal de Educação de Cuiabá, conheceram o panorama de atendimento da educação inclusiva e discutiram a terceirização dos cuidadores de alunos com deficiência, na tarde de quinta-feira (24), em reunião realizada na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá. Após as exposições, os participantes debateram os temas e as necessidades de aperfeiçoamento.

Idealizador da iniciativa, o promotor de Justiça Miguel Shhessarenko Junior explica que o Fórum foi implantado em fevereiro deste ano, que essa foi a quarta reunião, e que, por escolha do grupo, foram definidas cinco metas prioritárias para acompanhamento do Plano Nacional de Educação. São elas: universalização da educação infantil, educação inclusiva, alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental, qualidade da educação básica e educação de jovens e adultos. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ENTIDADES ASSINAM PROTOCOLO PARA COMBATER EVASÃO ESCOLAR

O município de Tangará da Serra (a 239km de Cuiabá) passará a contar, em breve, com um sistema de controle de evasão escolar. Um protocolo para implantação da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai) foi assinado no dia 29 de outubro, em consequência do inquérito civil instaurado pelo Promotor de Justiça Caio Marcio Loureiro, titular da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra para apurar a infrequência e a evasão escolar dos alunos matriculados na rede pública do município. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

QUARTA PALESTRA DO INTEGRA MP ABORDA BULLYING E CRIMES CIBERNÉTICOS

O promotor de Justiça Willian Oguido Ogama, idealizador do projeto, explica que o Integra MP consiste na realização de uma série de palestras na escola, de agosto a dezembro deste ano, e na produção de trabalhos sobre cada assunto abordado, com objetivo de aproximar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso da sociedade e, especialmente, da comunidade escolar. Até o momento já foram abordados os temas “O Ministério Público, suas funções e atribuições” (agosto), “Ato Infracional e Medidas de

Proteção” (setembro) e Violência Doméstica e Crimes contra a Dignidade Sexual (outubro). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

4. NOTÍCIAS DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPSP DISCUTE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Métodos para avaliação e intervenção em casos de transtornos de aprendizagem, dislexia, assim como as necessidades educacionais especiais à luz do Direito, foram temas abordados no evento que discutiu a Inclusão de alunos com transtornos de aprendizagem no dia sete de outubro, na sede do MPSP. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MPRJ AJUIZA AÇÃO PARA QUE MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS ESTABELEÇA PLANO DE AJUSTES DE CARGOS E SALÁRIOS AOS SEUS PROFESSORES

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ), ajuizou Ação Civil Pública (ACP) com pedido de urgência para que o Município de Duas Barras cumpra adequadamente a Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a necessidade de existência de planos de carreira para os professores. De acordo com a ACP, o município não vem cumprindo o previsto na Lei nº 13.005/2014, que determina que os planos de carreira prevejam a bipartição da jornada dos docentes, com a reserva de 1/3 da carga horária para atividades extraclasse, nem tampouco aprovou alterações necessárias no PCR dos profissionais da educação para a adequação ao PNE. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ESCOLA PARTICULAR DEVE GARANTIR PROFESSOR AUXILIAR A CRIANÇA AUTISTA SEM ÔNUS

Uma criança autista de nove anos de idade terá direito a professor auxiliar em uma escola particular de São Francisco do Sul, sem qualquer ônus para os pais. O direito foi garantido por medida liminar obtida pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em ação civil pública. A decisão é passível de recurso.

Segundo o Promotor de Justiça Alan Rafael Warsch - que atua na área da infância e juventude na comarca de São Francisco do Sul -, sem o auxílio a criança não está desenvolvendo sua capacidade plena de aprendizagem na escola onde estuda, uma vez que os professores regulares não podem lhe dar a atenção de que necessita. “A maior prova de sua dificuldade é que, com nove anos, a criança ainda não é alfabetizada”, constata Warsch, destacando, ainda, que a inclusão deve ser real, efetiva, e não meramente formal. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

BULLYING NA ESCOLA: UM TEMA QUE AINDA PRECISA SER DEBATIDO

“Nós começamos a acreditar que somos aquilo que falam de nós - e não é só em relação à estética: começamos a acreditar que não somos capazes de fazer nada”, desabafa Clara*, de 17 anos, vítima de *bullying* desde o primeiro ano do ensino fundamental. Por conta das agressões, não somente verbais mas também físicas, desenvolveu ansiedade e perdeu totalmente a autoestima. Já a empurraram e a xingaram diversas vezes por estar fora dos padrões de beleza e ter dificuldade para aprender. Apesar de não sofrer mais *bullying* hoje em dia, as marcas não deixam esse sofrimento ir embora. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MPF E MP/PA VÃO PROPOR MODELO PARA ATUAÇÃO DE TODO O MP EM DEFESA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO BRASIL

Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), e o Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA) lançaram nesta quarta-feira (30) proposta de construção de modelo para a atuação do Ministério Público (MP) brasileiro na defesa da educação no campo. O lançamento foi feito em audiência pública realizada na sede do MP/PA, em Belém.

O objetivo da proposta é produzir um roteiro que auxilie membros do MP em todo o país a diagnosticarem a situação de cada município e a tomarem medidas para enfrentar a destruição dessa política pública. De acordo com dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2003 a 2013 o país perdeu 32,5 mil escolas no campo. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

5. NOTÍCIAS DO STF

ESCOLAS DE ALAGOAS DEVEM FORNECER CADEIRAS ADAPTADAS APENAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o número de cadeiras adaptadas nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada do Estado de Alagoas deve ser, no mínimo, igual à quantidade de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida regularmente matriculados em cada sala. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5139, realizado em sessão virtual. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

PRESIDENTE DO STF SUSPENDE DECISÃO QUE IMPEDIA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS EM SERRA TALHADA (PE)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendeu os efeitos de decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE) que havia mantido a ordem de paralisação de processo seletivo simplificado para contratação de professores e outros

profissionais da área de educação no Município de Serra Talhada (PE) por excepcional interesse público. Ao acolher o pedido de Suspensão de Tutela Provisória (STP) 149, o ministro verificou que há risco de grave lesão à ordem pública, pois a decisão do TJ-PE, ao inviabilizar novas contratações de professores temporários, compromete a educação no município. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MINISTRO SUSPENDE LEI DE IPATINGA (MG) QUE PROIBIA ENSINO SOBRE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu cautelarmente dispositivos da Lei 3.491/2015, do Município de Ipatinga (MG), que excluem do ensino público municipal quaisquer referências à diversidade de gênero e orientação sexual. A medida cautelar foi deferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 467, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

LANÇADA CARTILHA PARA APRIMORAR INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

A Rede de Acessibilidade, da qual o Supremo Tribunal Federal (STF) faz parte, lançou a cartilha “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas”. O lançamento ocorreu durante o 1º Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão (ENAI), realizado em Brasília (DF). Reunindo a cúpula dos Poderes Judiciário e Legislativo e o Tribunal de Contas da União (TCU), a Rede de Acessibilidade promove discussões sistemáticas relacionadas à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência dentro das instituições. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ACORDO NO STF DESTINA VERBA RECUPERADA DA PETROBRAS À EDUCAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE

Em reunião no gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quinta-feira (5), foi firmado acordo sobre a destinação dos R\$ 2,6 bilhões (em valores atualizados) recuperados da Petrobras a partir da Operação Lava-Jato. Do valor, R\$ 1,6 bilhão serão destinados à educação e R\$ 1 bilhão para a proteção ao meio ambiente. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

6. NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEI GARANTE VAGA EM ESCOLA PÚBLICA PARA FILHOS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Já está em vigor a Lei 13.882/2019, originária do projeto de lei 1619/2019, que garante vaga na escola pública mais próxima de casa para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica. A lei foi sancionada e publicada no dia 9 de outubro no Diário Oficial da

União e garante o sigilo de dados da família no processo de transferência. Para a senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), essa proteção evita a exposição da criança e a possibilidade dela sofrer bullying.

LEI QUE TORNA TRANSPORTE IRREGULAR INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA ENTRA EM VIGOR

A partir do dia 05 de outubro, quando entra em vigor a Lei nº 13.855, o transporte “pirata” de passageiros, incluindo de estudantes, passa a ser considerado infração gravíssima ao Código de Trânsito Brasileiro.

Publicada no Diário Oficial da União de 8 de julho, a Lei nº 13.855 alterou o Código, tornando mais rigorosas as penalidades aplicadas aos motoristas flagrados transportando passageiros mediante remuneração, sem terem a autorização para fazê-lo.

Ao ser classificado como infração gravíssima, o transporte irregular de estudantes passa a ser punido com multa de 293,47 reais multiplicados pelo fator 5, totalizando 1.467,35 reais e mais a remoção do veículo a um depósito.

7. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR É APONTADA EM AUDIÊNCIA

A educação domiciliar, também conhecida como homeschooling, recebeu críticas e apoios de participantes de debate nesta terça-feira (15), Dia do Professor, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência pública sobre o tema foi requerida e presidida pela relatora do projeto que regulamenta a prática (PLS 490/2017), senadora Soraya Thronicke (PLS-MS). Segundo Soraya, mais de 7 mil famílias já estão praticando essa modalidade de educação no país e precisam de amparo jurídico. Para a relatora, a questão não é mais se posicionar contra ou a favor da educação domiciliar, o necessário é regulamentá-la de forma a garantir a qualidade do ensino e a proteção das crianças e adolescentes. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ESCOLAS PODEM SER OBRIGADAS A TER INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA PAIS SURDOS

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa um projeto de lei que obriga a contratação de intérprete da língua brasileira de sinais (Libras) em escolas públicas e privadas. O PL 5.188/2019, da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para definir que as instituições de ensino devem manter pelo menos um intérprete para garantir a comunicação com pais ou responsáveis surdos sobre o desempenho escolar dos filhos. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

CCJ APROVA OBRIGAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS DE OFERECER MOBILIÁRIO E MATERIAIS ADEQUADOS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou proposta que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) para obrigar o Estado a oferecer mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados à idade e às necessidades específicas de cada estudante (PL 7109/14). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

NUTRICIONISTAS E PEDIATRAS PEDEM APROVAÇÃO DE PROJETO QUE PROÍBE REFRIGERANTE EM ESCOLAS

Nutricionistas, pediatras e organizações não governamentais fizeram apelo para que a Câmara dos Deputados aprove o projeto de lei que proíbe a venda de refrigerantes nas escolas de educação básica públicas e privadas. Apresentado pelo deputado há 12 anos, a proposta já foi analisada pelas comissões e aguarda votação pelo Plenário. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

COMISSÃO APROVA SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS ESCOLAS

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou proposta que institui a Semana de Combate à Violência contra a Mulher nas Escolas, a ser realizada anualmente em março.

O texto, que altera a Lei Maria da Penha, também prevê a elaboração e distribuição de material educativo relativo ao combate à violência contra a mulher. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MESMO COM MAIS DE 6 MIL BIBLIOTECAS NO PAÍS, BRASILEIROS AINDA TÊM DIFICULDADE NO ACESSO À LEITURA

Uma audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados discutiu nesta quinta-feira (17) a importância de se fortalecer o sistema nacional de bibliotecas públicas, com mecanismos que garantam a qualidade na construção de seus acervos, bem como na oferta de produtos e serviços de informação que incentivem o hábito da leitura. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA APROVA APOIO ESPECIAL A PESSOA COM DÉFICIT DE APRENDIZAGEM EM PROCESSOS SELETIVOS

A Comissão de Educação aprovou proposta que assegura a pessoas com transtornos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade apoio especializado em processos seletivos para ingresso em instituições de ensino, públicas e privadas, ou para posse em cargos ou empregos públicos.

Segundo o texto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9.394/96), esses processos seletivos deverão atender às peculiaridades da clientela de educação especial, incluindo, se necessário, tempo adicional para realização das provas e disponibilidade de leitor e redator de respostas ditadas pelo candidato. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

EDUCAÇÃO REJEITA USO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO PARA PAGAR PROFESSORES

A Comissão de Educação rejeitou na quarta-feira (16) proposta que permite o uso de recursos do salário-educação para o pagamento de pessoal da educação básica. Atualmente, a [Lei 9.766/98](#) veda essa destinação.

Foi rejeitado o Projeto de Lei 1500/19, da deputada Alê Silva (PSL-MG), que considera a proibição “injustificável, já que os estados e municípios estão enfrentando dificuldades para honrar o pagamento dos professores da educação básica”. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

EDUCAÇÃO APROVA MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO PARA ESTIMULAR CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS

A Comissão de Educação aprovou na quarta-feira (16) o Projeto de Lei [11157/18](#), do deputado Diego Garcia (PODE-PR), que modifica a Política Nacional do Livro (Lei [10.753/03](#)) com o objetivo de estimular a criação, a manutenção e a atualização de bibliotecas públicas e escolares no País. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

COMISSÃO APROVA DESTINAÇÃO DE ÔNIBUS APREENDIDOS PELA RECEITA FEDERAL AO TRANSPORTE ESCOLAR

A Comissão de Educação aprovou na quarta-feira (16), com emenda, proposta que destina ao transporte escolar municipal, intermunicipal e interestadual de estudantes de cursos técnicos, superiores e tecnológicos e de graduação os veículos de transporte coletivo de passageiros apreendidos pela fiscalização alfandegária e declarados objeto de perdimento (perda de bens em favor da Fazenda). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA NORMAS DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ESCOLAR

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga as escolas públicas a utilizarem serviços de segurança e prevê o policiamento ostensivo nas proximidades dos estabelecimentos de ensino, inclusive os de nível superior, pela Polícia Militar. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR É APONTADA EM AUDIÊNCIA

A educação domiciliar, também conhecida como homeschooling, recebeu críticas e apoios de participantes de debate nesta terça-feira (15), Dia do Professor, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência pública sobre o tema foi requerida e presidida pela relatora do projeto que regulamenta a prática (PLS 490/2017), senadora Soraya Thronicke (PLS-MS). Segundo Soraya, mais de 7 mil famílias já estão praticando essa modalidade de educação no país e precisam de amparo jurídico. Para a relatora, a questão não é mais se posicionar contra ou a favor da educação domiciliar, o necessário é regulamentá-la de forma a garantir a qualidade do ensino e a proteção das crianças e adolescentes. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

RELATORES NA CÂMARA E NO SENADO UNEM ESFORÇOS PELA APROVAÇÃO DE FUNDEB PERMANENTE

Os relatores na Câmara e no Senado de propostas que tornam o Fundeb permanente estão construindo um texto em conjunto, para que a matéria possa caminhar mais rapidamente nas duas Casas. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é a principal fonte de financiamento do ensino básico no Brasil, mas tem data para acabar: 31 de dezembro de 2020. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

8. NOTÍCIAS FEDERAIS

CNPG EMITE NOTA PÚBLICA EM DEFESA DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Considerando que está em curso no país um debate sobre a possibilidade de mudanças no instituto da Aprendizagem Profissional que levariam à redução significativa de oportunidades de acesso de jovens e adolescentes a contratos de aprendizagem, principalmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a Comissão Permanente da Infância e da Juventude (Copeij) e a Comissão Permanente de Educação (Copeduc), ambas do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), emitiram nota pública para “manifestar veemente repúdio diante da possibilidade de tamanho retrocesso”. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

PESQUISA IDENTIFICA EVASÃO ESCOLAR NA RAIZ DA VIOLÊNCIA EXTREMA NO BRASIL

Dois grupos de jovens de idade semelhante, todos homens, pobres e criados na mesma região. Um grupo vira matador e o outro, trabalhador. Por quê?

O sociólogo Marcos Rolim procurou essa resposta ao investigar a violência extrema,

aquela que mata ou fere mesmo quando não há provocação nem reação da vítima. Modalidade que, acredita ele, está em alta no Brasil. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

UNICEF ALERTA QUE 3,5 MILHÕES DE ESTUDANTES BRASILEIROS FORAM REPROVADOS OU ABANDONARAM A ESCOLA EM 2018

UNICEF e Instituto Claro apresentam, nesta quinta-feira (31/10), uma análise atualizada e inédita de dados nacionais sobre abandono, reprovação e atraso escolar baseados no Censo Escolar. O documento revela que 3,5 milhões de estudantes brasileiros de escolas públicas municipais e estaduais foram reprovados ou abandonaram a escola em 2018. Para contribuir com as escolas no enfrentamento do fracasso escolar, as duas organizações lançam o curso online da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar. Essa estratégia tem por objetivo inspirar e orientar redes de ensino e escolas a desenvolver projetos e políticas curriculares, alinhadas à Base Nacional Comum, que garantam o direito de aprender para esses meninos e meninas em atraso escolar. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

CATÁLOGO DE ESCOLAS APRESENTA DADOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Informações importantes sobre a educação básica brasileira podem ser encontradas no **Catálogo de Escolas**, recém-lançado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), em sua página na internet. É um recurso de pesquisa de endereçamento, localização e oferta educacional das escolas brasileiras que participaram da última edição do Censo Escolar, coletado em 2018. A consulta pode ser feita a partir de recortes de interesse do usuário ou diretamente para uma escola.

As opções da plataforma possibilitam consolidar dados por estado, município, por etapas de ensino ofertadas e porte da escola; saber se o estabelecimento é estadual, municipal, federal ou privado, além de outros conjuntos de informações. Os resultados da pesquisa podem ser destacados do catálogo e exportados.

9. NOTÍCIAS ESTADUAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DETERMINA QUE CRIANÇA AUTISTA RECEBA TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR

A Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso não acolheu recurso interposto por um a cooperativa de trabalho médico e manteve decisão que determinou que a empresa autorize/custeie o tratamento multidisciplinar de uma criança portadora de Transtorno do Espectro Autista – TEA. O tratamento deverá ser fornecido conforme prescrição médica, com fonoaudiologia ABA/DENVER, psicologia ABA/DENVER,

terapia ocupacional neuroevolutivo BOBATH, fisioterapia, equoterapia, musicoterapia e hidroterapia, sob pena de aplicação das medidas previstas no artigo 297 do Código de Processo Civil (Processo n. 1011802-34.2019.8.11.0000). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ALMT APROVA PROJETO QUE ASSEGURA A PRESENÇA DE PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Segundo o projeto aprovado na Assembleia, as escolas da educação básica passarão a contar com assistentes sociais e psicólogos em tempo integral. As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, atuando na mediação das relações sociais e institucionais, bem como no acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos em situações de discriminação, preconceitos e violências na escola. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

DEPUTADO APRESENTA INDICAÇÃO PARA MELHORIAS EM ESCOLA INDÍGENA

O deputado estadual Oscar Bezerra (PV) utilizou a sessão plenária de terça-feira (15), na Assembleia Legislativa (ALMT), para apresentar a Indicação nº 4724/2019, em que solicita a reforma da Escola Estadual Indígena de Educação Básica Juporijup, no município de Juara (696 km de Cuiabá). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ESCOLA É CONDENADA A INDENIZAR ALUNO EM R\$ 8 MIL E PAGAR TRATAMENTO DENTÁRIO APÓS AGRESSÕES SOFRIDAS

A juíza Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro, da 9ª Vara Cível de Cuiabá, condenou o Instituto Cuiabano de Educação (ICE) a pagar indenização de R\$ 8 mil, por danos morais, e o tratamento dentário do aluno M.C.N.D., que foi agredido por outros colegas e chegou a ter seus dentes quebrados. A seguradora, da Escola, que iniciou o tratamento recomendou que o aluno desse continuidade com outro profissional, mas se recusou a continuar o pagamento. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ALUNOS COM RESTRIÇÃO ALIMENTAR PODERÃO TER MERENDA ESPECIAL

O plenário da Câmara Municipal de Cuiabá aprovou durante a sessão plenária desta quinta-feira (17) um projeto de lei de autoria do vereador Wilson Kero Kero (PSL), o qual prevê o fornecimento de merenda escolar especial para alunos com restrição alimentar nas unidades de ensino da Capital. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

CURSO DE IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS DE ALTAS HABILIDADES REÚNE MAIS DE 200 PROFESSORES

Mais de 200 professores participaram da quarta e última etapa do curso “Identificação de Estudantes que Apresentam Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação”. A formação ocorreu na sexta-feira (11.10), no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (Cefapro) do município de Alta Floresta (a 803 quilômetros ao norte da Capital). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MATO GROSSO PODERÁ ADERIR AO PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) é o autor do projeto de lei (PL 1097/2019) que faz o Estado de Mato Grosso aderir a política nacional de alfabetização implementada pelo governo federal. Na proposta, Mato Grosso adotará os princípios, objetivos e as diretrizes da política nacional de alfabetização com o intuito de implementar programas e ações destinadas a promover alfabetização baseada em evidências científicas. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

10. EVENTOS

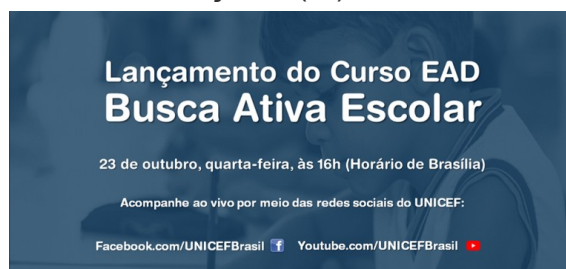
CURSO ON-LINE - A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CONTROLE DO DEVER DE GASTO MÍNIMO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação divulga o Curso Online: “A Atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em saúde e educação”, realizado pela Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, com a procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élidea Graziane Pinto.

O curso é direcionado à atuação dos membros do MP e está dividido em dois módulos, que tratam das Recomendações Nº 44/2016 e Nº 48/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. O período para realização do curso é de 22/10/2019 a 25/11/2019. Para fazer a sua inscrição, clique [aqui](#).

UNICEF E PARCEIROS LANÇAM CURSO QUE AJUDA A ENFRENTAR A EXCLUSÃO ESCOLAR

Busca Ativa Escolar na Prática atende à demanda de formação de gestores municipais, colaborando para a identificação e (re)matrícula de meninas e meninos



Qualificar o trabalho de gestores e de técnicos municipais visando à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Esse é o objetivo do curso a distância Busca Ativa Escolar na Prática, que será lançado no dia 23 de outubro, às 16 horas, por meio de uma transmissão ao vivo – *live* – no canal do YouTube do UNICEF Brasil.

O curso contribui para a implementação da estratégia Busca Ativa Escolar, que tem como objetivo apoiar municípios e Estados no enfrentamento da exclusão escolar, fenômeno que ainda atinge, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PnadC/IBGE), cerca de 1,9 milhão de meninas e meninos brasileiros entre 4 e 17 anos. Mais informações, clique [aqui](#).

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe:

Miguel Silhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Tarlyson Corrêa Martins – Oficial de Gabinete

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial